

Nós e os condes: a historiografia portuguesa sobre a nobreza condal dos séculos IX a XI

We and the counts: the portuguese historiography about the countly aristocracy of the IXth to XIth centuries

Mário de Gouveia

Instituto de Estudos Medievais. Universidade Nova de Lisboa

RESUMEN

Presentamos en este artículo un resumen de las principales ideas relacionadas con la historia y la historiografía de la nobleza medieval portuguesa durante los siglos IX-XI.

PALABRAS-CLAVE: Edad Media; Portugal; nobleza; historiografía.

ABSTRACT

In this essay one presents a survey of the most relevant facts relating to the history and historiography of medieval Portuguese nobility between the 9th and 11th centuries.

KEY WORDS: Middle Ages; Portugal; nobility; historiography.

Recibido: 25/06/2018

Revisado: 28/08/2018

Aceptado: 03/09/2018

Ao longo dos últimos anos, temos assistido, em Portugal, ao aparecimento de um conjunto de trabalhos que têm como objectivo fazer o balanço das principais investigações conduzidas em torno do tema da nobreza medieval. De uma forma geral, estes trabalhos são devedores de alguns artigos que foram publicados por José Mattoso¹, um dos investigadores a que se deve a renovação dos estudos medievísticos no nosso país. Da autoria de Maria João Branco², Bernardo Vasconcelos e Sousa³ e José Augusto de Sottomayor-Pizarro⁴, estes balanços sintetizam o essencial daquilo que hoje se sabe acerca desta matéria, apresentando, ao longo das suas páginas, as linhas motrizes e directrizes de um problema historiográfico que, durante várias décadas, não foi capaz de captar, ou, pelo menos, não pelas melhores razões, a atenção dos estudiosos portugueses e espanhóis.

O estudo das questões relativas às famílias da nobreza condal que, durante os séculos IX a XI, desempenharam funções como representantes da monarquia asturiana e leonesa no território de Entre-Minho-e-Mondego encontra-se hoje facilitado pelo facto de estarem já disponíveis, em

¹ MATTOSO, José. “Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa”. In *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 9-25; Ídem. “Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa”. In *Obras completas*, vol. 1: *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 341-362.

² BRANCO, Maria João Violante. “The nobility of medieval Portugal (XIth-XIVth centuries)”. In DUGGAN, Anne J. (ed.). *Nobles and nobility. Concepts, origins, transformations*. Woodbridge: The Boydell Press, 2000, p. 223-243.

³ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. “Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XI-II-XIV)”. *Hispania. Revista española de historia*, 2007, vol. LXVII, 227, p. 881-898.

⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de. “O nascimento do reino de Portugal. Uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. *Revista portuguesa de história*, 2013, t. XLIV, p. 29-58.

edições mais recentes do que os *Portugaliae monumenta historica*⁵ e os *Documentos medievais portugueses*⁶, duas colectâneas de documentos organizadas por Alexandre Herculano e Rui de Azevedo, os cartulários que reúnem toda a documentação que fala do percurso dos condes portugalenses e conimbricenses que marcaram a vida política no sector mais ocidental do reino de Astúrias-Leão durante a Alta Idade Média. Entre estes cartulários, devem destacar-se, pela sua maior importância, o *Livro de Mumadona* da colegiada de Guimarães⁷, o *Livro dos testamentos* do mosteiro do Lorvão⁸, o *Liber fidei* da Sé de Braga⁹ e o *Livro preto* da Sé de Coimbra¹⁰, alguns dos códices que permitem acompanhar de perto o percurso político destas famílias e compreender os laços genealógicos que as uniam. Outros códices, como o *Cartulário de Mor Martins* do mosteiro de Arouca¹¹, o *Cartulário Baio-Ferrado* do mosteiro de Grijó¹² e o *Livro dos testamentos* do mosteiro de Paço de Sousa¹³, já para não falar dos que foram produzidos na Galiza, em Leão e nas Astúrias sensivelmente pela mesma altura, contêm informações muito mais fragmentárias. Entre as fontes cronísticas e analísticas, destacam-se, naturalmente, a *Crónica* de Sampiro de Astorga¹⁴ e a *Crónica de Silos*¹⁵, por um lado; os *Anais Velhos de Portugal*¹⁶, resultantes da fusão de vários textos oriundos dos mosteiros de S. Tirso de Riba de Ave, Salvador de Grijó e S. Cruz de Coimbra, e os *Anais do Lorvão*, por outro, hoje essenciais para uma visão entrecruzada dos acontecimentos históricos que tiveram lugar no território de Entre-Minho-e-Mondego até, pelo menos, à formação do Condado Portucalense e à acção de Raimundo e Henrique de Borgonha, na década final do século XI.

1. A PRIMEIRA TARDE PORTUGUESA: A FORMAÇÃO DO REINO COMO PROBLEMA POLÍTICO

Até à renovação dos pressupostos teóricos e metodológicos que deram corpo às mais recentes tendências da medievística portuguesa, ocorrida sobretudo entre as décadas de setenta e de oitenta

⁵ *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum* (edição da Academia das Ciências de Lisboa), t. I: *Diplomata et chartae*. Lisboa: Typis Academicis, 1817.

⁶ *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, vol. 1: *Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques. A.D. 1095-1185* (prefácio de Rui Pinto de Azevedo), t. I-II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1962.

⁷ AMARAL, Luís Carlos (ed.). *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*, nova série, vol. VII: *Diplomata et chartae – Chartularia. Livro de Mumadona, cartulário do mosteiro de Guimarães. Edição crítica*. Lisboa: Academia das Ciências, 2016.

⁸ *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (Estudios)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008.

⁹ COSTA, Avelino de Jesus da (ed.). *Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1990.

¹⁰ VENTURA, Leontina; VELOSO, M. Teresa; COSTA, Avelino de Jesus da (ed.). *Livro preto da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977-1979.

¹¹ SILVA, Filomeno Amaro Soares da (ed.). *Cartulário de D. Maior Martins. Século XIII*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.

¹² DURAND, Robert (ed.). *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XIe-XIIIe siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1971.

¹³ LOPES, Filipa da Silva; SILVA, Maria João Oliveira e (ed.). *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*, nova série, vol. V: *Diplomata et chartae – Chartularia. Livro dos testamentos do mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa. Edição crítica*. Lisboa: Academia das Ciências, 2015.

¹⁴ “Cronica de Sampiro”. In PÉREZ DE URBEL, Justo; GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Atilano (ed.) *Historia silense*. Madrid: CSIC, 1959, p. 9-109 e 159-173.

¹⁵ PÉREZ DE URBEL; GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, *Historia silense, op. cit.*

¹⁶ DAVID, Pierre (ed.). “Annales portugalenses veteres”. In *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa / Paris: Livraria Portugália Editora / “Les Belles Lettres”, 1947, p. 257-340.

do século XX¹⁷, parte do trabalho desenvolvido por historiadores como Damião Peres¹⁸, Rui de Azevedo¹⁹, Paulo Merêa²⁰ ou Torquato de Sousa Soares²¹, hoje justamente considerados como nomes incontornáveis da historiografia portuguesa, ficou marcada por acesos debates acerca das origens políticas de Portugal, relacionados, entre vários outros aspectos, com a necessidade de se encontrar esse momento fundamental da história em que o país teria deixado de ser um condado para se assumir plenamente como um reino.

Influenciados pela história do direito e das instituições, estes historiadores escreveram abundantes páginas em que procuraram debater temas tão variados como o da natureza da concessão do Condado Portucalense a Raimundo e Henrique de Borgonha, no quadro da aplicação do sistema de vinculação feudal à realeza leonesa, ou o das circunstâncias que terão enquadrado a celebração do pacto sucessório entre aquelas duas primeiras instâncias²². Com base nos estudos especializados de autores como João Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Henrique da Gama Barros, Luís Gonzaga de Azevedo ou Alfredo Pimenta, estes historiadores alimentaram acesas controvérsias historiográficas acerca do momento em que Portugal se teria tornado independente – o momento em que, para recuperar a expressão por vezes utilizada pelos especialistas em história do direito, Portugal teria adquirido *personalidade estatal*²³.

À medida que procuravam esclarecer este assunto, os historiadores foram concentrando grande parte da sua atenção no estudo dos factores que teriam enquadrado a emergência de um sentimento nacional caracteristicamente português²⁴, de que a rebelião dos barões portucalenses liderados pelo infante Afonso Henriques contra a rainha Teresa de Leão e o conde Fernão Peres de Trava na batalha de S. Mamede, ocorrida nas proximidades de Guimarães, em 1128, teria sido a mais paradigmática manifestação. Se o Condado Portucalense havia traduzido, sobretudo após a vitória alcançada nesta batalha, uma primeira forma de diferenciação política do território de Entre-Douro-e-Minho no quadro do reino de Leão – essa *primeira tarde*²⁵ em que Afonso Henriques se revelava capaz de libertar a terra portuguesa do jugo galego, preparando a simbólica vitória que, pouco tempo depois, em 1139, alcançaria contra os infieis na batalha de Ourique, travada, por intercessão da Providência Divina, no dia da festa de S. Tiago –, era porque, nalgum momento do passado mais ou menos remoto, poderiam ser encontrados os indícios de que Portugal, como nação e estado, sempre teria sido – e, na verdade, continuaria a ser – um *destino a cumprir-se*.

¹⁷ HOMEM, Armando Carvalho. “O medievismo em liberdade (anos 70/anos 90)”. In PROENÇA, Maria Cândida (coord.). *Um século de ensino da história*. Lisboa: Colibri / Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 183-213; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; BOISSELLIER, Stéphane. “Pour un bilan de l’historiographie sur le Moyen Âge portugais au XX^e siècle”. *Cahiers de civilisation médiévale*, 2006, 49, 195, p. 213-256.

¹⁸ PERES, Damião. *Como nasceu Portugal*. Porto: Vertente, 1992.

¹⁹ AZEVEDO, Ruy de. “Período de formação territorial. Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”. In BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel (dir.). *História da expansão portuguesa no mundo*, vol. I. Lisboa: Ática, 1937, p. 7-64.

²⁰ MERÊA, Paulo. “De ‘Portucale’ (*civitas*) ao Portugal de D. Henrique”. In *Estudos de história de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 235-275; Ídem, “Sobre a concessão da terra portucalense a D. Henrique”. In *Estudos de história de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 277-307.

²¹ SOARES, Torquato de Sousa. “O repovoamento do Norte de Portugal no século IX”. *Biblos*, 1942, XVIII, I, p. 187-208. Ídem. “Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI”. *Revista portuguesa de história*, 1981, t. XIX, p. 1-13. Ídem. “O governo de Portugal pelo conde Henrique de Borgonha. Suas relações com as monarquias leonesa-castelhana e aragonesa”. *Revista portuguesa de história*, 1974, t. XIV: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. III, p. 365-397. Ídem. “Carácter e limites do Condado Portucalense (1096-1128)”. In *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1975, p. 9-21.

²² O artigo de Vitorino Magalhães GODINHO (“A concepção da história de Portugal”. In *Ensaios e estudos. Uma maneira de pensar*, vol. I. Lisboa: Sá da Costa, 2009, p. 21-47) deixa entrever-se o contexto historiográfico oitocentista e novecentista em que se identificou o período da história de Portugal anterior à concessão do governo do Condado Portucalense a Henrique de Borgonha, em 1096, como sendo o das “origens da nacionalidade”.

²³ MATTOSO, José. “Sobre as origens do Estado português. A ‘ideia de Portugal’”. In *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 69-77.

²⁴ MATTOSO, José. *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares / Gradiva, 2008, p. 13-23, 24-28 e 29-41.

²⁵ MATTOSO, José. “A primeira tarde portuguesa”. In *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 11-29.

Nesta polémica ideológica, os historiadores procuraram, por um lado, esclarecer o sentido da noção de país independente, e, por outro, situar esta questão na escala do tempo histórico, em relação com os acontecimentos que supostamente marcavam o momento da ruptura com a tradição de vinculação do Condado Portucalense ao reino de Leão. Perseguido este intento, consideraram que era possível encontrar tais indícios em factos concretos, os quais viriam a ser globalmente recordados, enaltecidos e até comemorados pelos velhos regimes, quer durante a Primeira República, quer durante o Estado Novo, como efemérides ligadas ao nascimento de Portugal como um processo complexo, que teria levado à diferenciação do país no quadro dos outros reinos hispânicos. Entre tais factos, foram considerados como momentos-chave para a revelação matricial da identidade nacional a concessão do Condado Portucalense a Henrique de Borgonha, em 1096; a vitória do infante Afonso Henriques contra a rainha Teresa de Leão e o conde Fernão Peres de Trava na batalha de S. Mamede, em 1128; a primeira tentativa de concertação da paz entre Afonso Henriques e o seu primo, Afonso VII de Leão, imperador das Hispânicas, pelo Tratado de Tui, em 1137; a aclamação de Afonso Henriques como rei na batalha de Ourique e o seu triunfo militar sobre os Muçulmanos, por intercessão de S. Tiago, em 1139; a segunda tentativa de concertação da paz depois do recontro de Valdevez, em 1141; a prestação de vassalagem por Afonso I ao Sumo Pontífice Romano, Inocêncio II, e a entrega de Portugal como censual da Igreja de Roma pela carta *Claves regni coelorum*, de 13 de Dezembro de 1143; a outorga da carta *Devotionem tuam*, de 1 de Maio de 1144, pela qual Lúcio II mencionava Afonso I como *dux* e Portugal como *terra*; ou a outorga da bula *Manifestis probatum*, de 23 de Maio de 1179, pela qual Alexandre III reconhecia formalmente a condição de *rex* a Afonso I e de *regnum* a Portugal²⁶.

Como facilmente se percebe, todo este debate nunca chegou a criar consenso entre os estudiosos acerca do momento certo em que o país teria nascido politicamente, se é que esta questão alguma vez poderia ter tido resposta cabal. Apesar disso, os historiadores procuraram elaborar uma síntese dos acontecimentos que teriam contribuído para o despoletar desse fenómeno, considerando a existência de três etapas no processo que teria levado ao reconhecimento político e diplomático da autonomia e independência do reino durante o século XII: primeiro, a libertação da dependência do Condado Portucalense relativamente à Galiza; segundo, a libertação da dependência do Condado Portucalense relativamente a Leão; e, terceiro, a confirmação da independência por Roma. Na prática, o processo que teria consagrado a autonomia do reino teria ocorrido em pelo menos três direcções diferentes, através das quais teria sido garantida, por um lado, a libertação do domínio da Galiza e Leão, e, por outro, a concertação com Roma. Embora não tendo chegado a um acordo acerca de qual destas etapas teria representado o mais decisivo passo na criação do país, os mesmos historiadores não deixaram de sublinhar a ideia de que o nascimento de Portugal não ocorrera pacificamente, mas antes como resultado de uma série de conflitos institucionais e jurisdicionais de que a nação acabaria por sair vitoriosa, sublinhando assim o virtuoso carácter de todos aqueles que tinham lutado pela liberdade contra os poderes hegemónicos da época: em suma, Afonso Henriques e os barões portucalenses.

Num quadro em que se apelava à ideia de que Portugal, como nação e estado, se afirmara desde as suas origens como uma instância política naturalmente cristã, o Islão foi visto como uma espécie de inimigo contra o qual urgia combater, porque da sua derrota dependia o cumprimento do desígnio divino de expansão das fronteiras da Cristandade e reintegração das terras perdidas na esfera de influência das realezas hispânicas, à semelhança do que haviam feito os antepassados de Afonso Henriques, Fernando I e Afonso VI, relativamente às cidades de Coimbra e Toledo. Alguns episódios considerados como momentos-chave nesse processo de expansão territorial, como o estabelecimento de Afonso Henriques em Coimbra e a fundação do mosteiro de S. Cruz, núcleo da chancelaria régia e primeiro panteão da monarquia, em 1131, ou a conquista de Santarém,

²⁶ Sobre a importância destes acontecimentos como vectores direccionais do processo que levou à autonomia e independência do reino de Portugal durante o século XII, leia-se a biografia do “Fundador”, da autoria de MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques, 1109-1185*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

Sintra e Lisboa, com o apoio dos Cruzados, e a restauração desta cidade como diocese na sequência da nomeação episcopal de Gilberto de Hastings, em 1147, teriam, na perspectiva de alguns historiadores, ajudado a consolidar as pretensões do infante já aclamado rei pelos barões portucalenses, estabelecendo as bases para que Portugal pudesse finalmente ver reconhecidas as suas pretensões à condição de reino independente.

Tal concepção parecia estar também subjacente às memórias historiográficas produzidas no reino que se ia formando por essa altura: nos anais redigidos em ambiente canonical, Afonso Henriques surgia como um claro exemplo do ideal de realeza cristã guerreira e reconquistadora, capaz de obter significativas vitórias na providencial missão de libertação da Hispânia do domínio muçulmano, e, desta forma, de dar continuidade ao projecto de restauração da Hispânia goda cujas bases haviam sido estabelecidas pelos seus avô e bisavô, dilatando as fronteiras da Cristandade e fazendo regressar às suas mãos o legítimo direito de exercício do poder sobre toda a Península Ibérica. Por ter sido o conquistador de Santarém, Sintra, Lisboa, Almada e Palmela, em 1147, de Alcácer do Sal, em 1158, de Beja, em 1162, e de Évora, Moura e Serpa, em 1166, Afonso Henriques surgia como o protagonista dos anais compilados no mosteiro de S. Cruz de Coimbra cerca de 1169 e ampliados por volta de 1185, recuperando os velhos textos produzidos sob a influência dos senhores da Maia e de Grijó, as famílias de infanções que tinham protegido os mosteiros de S. Tirso de Riba de Ave e do Salvador de Grijó, e refundidos numa versão do passado que fez do primeiro rei português a expressão de uma mitificada concepção de realeza dinástica. O facto de Afonso Henriques não figurar como personagem dos dois primeiros anais devia-se apenas à diacronia representada nos textos, em ambos os casos anterior à acção do infante que se rebelara contra a mãe, libertando-se do domínio político da Galiza, e que fora capaz de obter a vitória contra as forças muçulmanas, verdadeiro ponto de viragem na narração analística. Junto com outras fontes, estes textos integravam um discurso de legitimação da realeza destinado a sublinhar a componente sagrada das origens da monarquia, criando assim as condições ideais para que se construíssem, ao longo da Idade Média, três contrastantes retratos do primeiro rei de Portugal como “instrumento de Deus”, “chefe do bando guerreiro” e “rival dos senhores feudais”, pensados pelos cónegos do mosteiro de S. Cruz de Coimbra e pelos círculos letrados próximos dos cavaleiros de Coimbra e dos fidalgos do Entre-Douro-e-Minho²⁷.

Para os historiadores que trabalhavam esta época, obtido o reconhecimento político e diplomático das condições de rei e de reino, tudo parecia apontar no sentido de se poder falar da existência de uma identidade nacional materializada numa instância política cujas fronteiras estavam praticamente definidas à morte do “Fundador”, ainda que viessem a sofrer algumas oscilações com a prossecução das acções de “Reconquista”, terminadas com a tomada de Faro e a fixação das fronteiras pelo Tratado de Alcañices. Tais oscilações, contudo, não eram mais do que o resultado de uma conjuntura de guerra contra o Islão a que importava dar continuidade até à derrota final dos infieis, vista como uma espécie de consumação de um destino profético que importava levar a cabo até às derradeiras consequências. Como nação e estado, era possível falar-se de um rei e de um reino que, com o apoio da Providência Divina, havia sido capaz de levar mais além esse sentimento de pertença a uma identidade colectiva, dando-lhe um corpo físico que materializava o sentido de predestinação subjacente a um imaginário mais ou menos historicista acerca do país e do povo. Era esta, nas suas linhas gerais, a ideia que orientava a propaganda criada e divulgada pelos velhos regimes acerca das problemáticas em torno da fundação da nacionalidade.

Como é evidente, o trabalho desenvolvido por estes historiadores não deixou de reflectir, pelo menos nalguns pontos essenciais, esta perspectiva ideológica acerca da origem política do país, veiculando uma concepção acerca do passado do reino apoiada na análise da conjuntura que assistira

²⁷ MATTOSO, José, “As três faces de Afonso Henriques” e “A nova face de Afonso Henriques”. In *Obras completas, vol. 1. Naquele tempo. Ensaios de história medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 469-484 e 485-500, respectivamente; Ídem. “A realeza de Afonso Henriques”. In *Obras completas, vol. 6: Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa. O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 170-183.

ao nascimento de Portugal durante o século XII. Esta visão historiográfica, concentrada na acção do conde Henrique e do infante Afonso, caracterizou-se também pelo facto de ter procurado no passado imemorial acontecimentos que, para além de servirem para esclarecer a noção de país independente e questionar os critérios que legitimavam a aquisição desse estatuto político e jurídico, permitissem confirmar a ideia de que o sentimento nacional português, construído mais em oposição à hegemonia da Galiza e de Leão do que no combate contra o Islão, sempre teria existido.

A ideia de que Portugal havia sido fundado por iniciativa de Afonso Henriques, guerreiro especialmente protegido e abençoado por Deus, nunca chegou a ser posta em causa. Pelo contrário. A concepção da história que fazia da Lusitânia e dos Lusitanos as mais remotas expressões de um determinismo geográfico e sociológico patente na emergência de Portugal e dos Portugueses dominou boa parte da produção historiográfica durante décadas. À medida que os historiadores procuraram analisar e compreender a conjuntura hispânica de finais do século XI, começaram, por isso, a encontrar nas fontes indícios de que, ainda antes de Afonso Henriques, também tinham vivido em Portugal alguns homens que teriam dado corpo a diversas tentativas de separação política de Portugal relativamente à Galiza. Uma das figuras a que os historiadores deram especial relevo foi Nuno Mendes, o último dos condes descendentes do presor e repovoador Vimara Peres e autoridade soberana no território de Entre-Douro-e-Minho ainda antes da concessão desta região aos primos Raimundo e Henrique de Borgonha.

Embora Nuno Mendes nunca tivesse ocupado a atenção destes estudiosos, mais interessados em compreender o percurso político de Henrique e de Afonso, considerados como os verdadeiros fundadores do país, a memória deste conde começou a ser pontualmente recordada por alguns historiadores a propósito do problema relativo aos antecedentes da formação de Portugal, paradoxalmente representados pela acção de personagens que teriam chefiado revoltas contra os reis da Galiza ou de Leão, à cabeça dos Portugueses, antes mesmo de Portugal existir. Foi nestas circunstâncias que se criaram e divulgaram interpretações anacrónicas acerca da actuação deste conde, muitas vezes relacionadas com o mito historicista do sentimento nacional português. Nuno Mendes foi visto pelos estudiosos como uma espécie de precursor dos acontecimentos que culminaram com a autonomia e a independência de Portugal. O reconhecimento da sua actuação como rebelde contra a autoridade do rei baseava-se no pressuposto de que sempre teriam existido tentativas de separação do condado e que estas reflectiam já uma natural tendência do país em se afirmar como tal. O caso representado por este conde demonstrava que o passado não devia ser visto como uma realidade sem sentido: a revolta que Nuno Mendes liderara contra Garcia II no lugar de Pedroso, junto a Braga, em 1071, traduzia, na óptica de muitos historiadores das décadas de quarenta a sessenta do século XX, a capacidade que o povo tinha de transformar esse sentimento abstracto numa realidade concreta, personificando-o num homem cuja valentia o teria levado a desafiar um rei e a lutar até à morte pela liberdade de uma nação. Mais do que os Portucalenses, quem estava em jogo nesta batalha eram já os Portugueses, mesmo que toda a história anterior a este acontecimento, como viriam a comprovar os estudos desenvolvidos por José Mattoso, demonstrasse que os condes que actuavam nesta época tinham pouco ou mesmo nada a ver com a questão da independência do reino.

2. UMA NOVA HISTORIOGRAFIA: OS ESTUDOS DE JOSÉ MATTOSO

Não andaremos longe da verdade se considerarmos que o interesse pelos estudos acerca da nobreza condal dos séculos IX a XI, tema que veio alterar substancialmente aquilo que se tinha escrito nas décadas precedentes acerca das origens políticas do reino de Portugal, conheceu um impulso muito significativo devido aos trabalhos que foram desenvolvidos, nas décadas de setenta e de oitenta do século XX, por José Mattoso. No momento em que fazia as suas investigações tendo em vista a elaboração da tese de doutoramento que viria a apresentar à Universidade de Lovaina²⁸,

²⁸ MATTOSO, José. *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

hoje justamente considerada um marco historiográfico no âmbito dos estudos medievísticos no nosso país, este investigador procurou aprofundar a sua visão acerca das relações existentes entre história religiosa e história social, propondo, para o efeito, o estudo das famílias condeais que, em Portugal, desempenharam função de capital importância na génese e institucionalização do fenómeno monástico.

Um dos primeiros resultados do trabalho desenvolvido por José Mattoso foi a publicação de um artigo intitulado “As famílias condeais portugalenses dos séculos X e XI”²⁹, em que, seguindo as mais recentes tendências e métodos de trabalho, analisou em detalhe os cartulários asturianos, leoneses, galegos, portugalenses e conimbricenses, nos quais se conservava, sob a forma de cópias apógrafas, o essencial da documentação jurídico-económica que falava acerca do processo de “Reconquista” e “Repovoamento” do território de Entre-Minho-e-Mondego numa época em que se formavam os condados de Portugal e de Coimbra, criados na sequência das presúrias do reinado de Afonso III das Astúrias, de que resultou também a instalação de várias famílias da nobreza de corte na fronteira entre a Cristandade e o Islão.

Este estudo incluía, pela primeira vez entre nós, uma proposta de reconstituição genealógica dos condes que descendiam de cinco figuras ligadas de perto a este processo: Vimara Peres, Hermenegildo Guterres, Ero Fernandes, Diogo Fernandes e Afonso Betote. Nele se procedia à caracterização prosopográfica de cada um destes descendentes: estabeleciam-se os laços de consanguinidade e os jogos de aliança que uniam ou separavam as várias famílias, destacava-se o papel de cada uma nas estruturas políticas, administrativas, judiciais, militares, económicas e religiosas e reconstituía-se o património acumulado por cada indivíduo. Apoiando-se nos trabalhos levados a cabo por investigadores como Justo Pérez de Urbel³⁰, Emilio Sáez Sánchez³¹, Manuel Rubén García Álvarez³² e Antonio Palomeque Torres³³, nomes que estiveram associados, entre as décadas de quarenta e de sessenta do século XX, ao crescente interesse da historiografia espanhola por temas referentes ao território português, este estudo constituiu-se, à data da sua publicação, como um útil repertório de dados, apresentando-se, ainda hoje, como um dos poucos instrumentos de trabalho disponíveis para os estudiosos que têm procurado desenvolver novas investigações sobre o tema.

Reconstituída a biografia de cada conde, José Mattoso pôde aprofundar a sua visão sobre a história da nobreza condal com a publicação de vários outros trabalhos mais específicos, em que propôs novas sínteses de teor problematizante acerca da maneira como as ligações familiares se entrecruzavam com os jogos de poder. Os seus trabalhos foram lidos e criticados por outros investigadores, como A. de Almeida Fernandes³⁴, que, sensivelmente pela mesma altura, publicava uma

²⁹ MATTOSO, José. “As famílias condeais portugalenses dos séculos X e XI”. In *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 75-117. Este estudo foi ampliado à luz de um outro artigo, relativo às famílias que estiveram na base das primeiras linhagens da fidalguia do reino de Portugal, publicado em “A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII”. In *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 117-189.

³⁰ PÉREZ DE URBEL, Justo. “Jimenes y Velas en Portugal”. *Revista portuguesa de história*, t. V: *Homenagem a Gama Barros*, 1951, II, p. 475-492.

³¹ SÁEZ SÁNCHEZ, Emilio. “Ramiro II, rey de “Portugal” de 926 a 930”. *Revista portuguesa de história*, 1947, t. III, p. 271-290; Ídem. “Los ascendientes de San Rosendo (Notas para el estudio de la monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X)”. *Hispania. Revista española de historia*, 1948, VIII, XXX, p. 3-76.

³² GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén. “Sobre la cronología de Ramiro II de León”. *Cuadernos de historia de España*, 1959, XXIX-XXX, p. 125-166; Ídem. “Tres apéndices a ‘La cronología de Ramiro II de León’”. *Cuadernos de historia de España*, 1960, XXXI-XXXII, p. 32-59; Ídem. “¿La reina Velasquita, nieta de Muniadomna Diaz?”. *Revista de Guimarães*, 1960, vol. LXX, 1-2, p. 197-231; Ídem. “La batalla de Aguioncha. Una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X”. *Bracara Augusta*, 1966, XX, 45-46 (57-58), p. 307-342; Ídem. “Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez”. *Bracara Augusta*, 1978, XXXII, 73-74 (85-86), p. 143-180.

³³ PALOMEQUE TORRES, Antonio. *Episcopologio de las sedes del reino de León*. León: Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1966.

³⁴ FERNANDES, A. de Almeida. “Portugal no período vimaranense (868-1128)”. *Revista de Guimarães*, 1970, LXXX, 3-4, p. 319-360; 1971, LXXXI, 1-2, p. 51-98; 1971, LXXXI, 3-4, p. 217-354; 1972, LXXXII, 1-2, p. 37-90; 1972, LXXXII, 3-4, p. 171-220. Ídem. “A nobreza na época vimarano-portugalense (Problemas e relatórios)”.

série de trabalhos dedicados ao tema da nobreza condal, muitas vezes chegando a conclusões diferentes das que haviam sido avançadas por aquele investigador. Foi no livro *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*³⁵, obra seminal para a compreensão da história da nobreza condal, que José Mattoso procurou estruturar a sua leitura dos factos, organizando-os à volta de quatro tópicos: a análise das relações entre a nobreza condal e a corte régia, o estudo das famílias descendentes dos presores e repovoadores durante o século IX, a análise das características internas da nobreza condal e o estudo dos factores que motivaram a sua decadência durante o século XI.

Foi neste trabalho que José Mattoso condensou, numa óptica mais interessada pelas estruturas do que pelas conjunturas, o essencial das interpretações que foi construindo acerca do tema. Este livro teve o mérito de pôr em destaque questões cujo estudo se revelava imprescindível para a compreensão de uma época que, durante largas décadas, tinha sido interpretada e até instrumentalizada por uma historiografia de pendor nacionalista a favor de uma visão errónea do passado, visto como o tempo em que tinham tido lugar os acontecimentos que teriam levado, de forma tão natural quanto historicamente incontestável, à independência do reino durante o século XII. Ao contrário do que defendiam alguns estudiosos, mais interessados na exaltação, em tom apologético e patriótico, dos grandes homens e feitos que tinham assegurado o sucesso de Portugal como nação predestinada a cumprir-se, José Mattoso preocupou-se em adoptar uma posição contrária a esta forma de se conceber a história, criticando-a e corrigindo-a, e questionou-se acerca da necessidade de se entender a época condal em função das suas idiossincrasias.

Este livro apresentava, por conseguinte, uma nova imagem acerca da nobreza condal. Como fruto das acções que culminaram com a presúria das cidades mais importantes da fronteira ocidental, a Sul do rio Minho, do reino de Astúrias-Leão durante o reinado de Afonso III, como o Porto e Coimbra, tomadas por Vimara Peres e Hermenegildo Guterres em 868 e 878, as famílias descendentes destes presores tinham assegurado o governo dos condados com sede nestas cidades, enquanto representantes da autoridade régia e chefes de grupos mais ou menos alargados de parentes, até 1071, data da morte do conde Nuno Mendes na batalha de Pedroso, e 987, data da tomada da cidade de Coimbra por al-Manşūr. Ao longo deste período, caracterizado pela existência de uma série de condes que transmitiam entre si as prerrogativas de poder, sem necessitar da intervenção do rei, e que chegavam até a conspirar contra a autoridade do monarca, apoiados nas suas amplas ligações familiares, estes grupos souberam manter nas suas mãos o controlo efectivo das principais instâncias políticas, administrativas, judiciais e militares, sem sequer sofrer a ingerência de outras famílias da nobreza de segunda categoria. O seu poder baseava-se não só no exercício destes cargos públicos, alguns dos quais se revestiam de considerável importância por deles depender a defesa da fronteira com o Islão, mas também na posse de domínios fundiários muito extensos, que lhes conferiam, apesar da sua grande dispersão geográfica, algum prestígio social. A sua influência estendia-se às instituições religiosas vinculadas aos costumes monásticos da tradição hispânica, entre as quais se destacavam os mosteiros de Guimarães e do Lorvão, protegidos, entre outros, por Mumadona Dias e os seus familiares mais próximos.

Tão importante quanto a consideração destas matérias foi o facto de José Mattoso ter procurado valorizar, com base nos contributos da antropologia e da sociologia, a importância da família e dos modelos de parentesco adoptados pela nobreza condal ao longo deste período. O seu trabalho permitiu verificar que os condes portugalenses e conimbricenses que descendiam dos presores asturianos e leoneses estavam unidos entre si por laços familiares estruturados de forma horizontal, isto é, apoiados numa estrutura de parentesco de tipo cognático, por sua vez considerada como um dos factores que teria favorecido a transmissão dos cargos políticos, como a chefia dos dois condados, tanto por via masculina como por via feminina. Dentro destes grupos de indivíduos,

Revista de Guimarães, 1977, LXXXVII, p. 7-102; 1978, LXXXVIII, p. 249-355; 1979, LXXXIX, p. 5-106; 1980, XC, p. 5-122.

³⁵ MATTOSO, José. “Ricos-homens, infanções e cavaleiros”. In *Obras completas, vol. 5: Ricos-homens, infanções e cavaleiros. Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 9-179 (a parte relativa à nobreza condal limita-se às p. 17-32).

as alianças entre as várias famílias eram também asseguradas pela adopção de estratégias matrimoniais de acentuado pendor endogâmico, que privilegiavam a união entre membros pertencentes à mesma família ou a ramos mais ou menos aparentados destas famílias, o que lhes teria permitido manter na sua posse um rico património constituído por terras e serviços a elas adstritos, bem como por direitos especiais sobre determinados mosteiros e igrejas. Estas famílias consolidaram a sua presença junto da corte não só devido ao facto de exercerem as funções que lhes eram inerentes, mas também porque, por um lado, alguns dos seus membros chegaram a casar com reis e a ser progenitores de príncipes, e, por outro, porque alguns se preocuparam em manter a sua influência exercendo o direito de tutoria do herdeiro do trono. Ao longo de mais de cem anos, este sistema não só garantiu a preservação dos principais cargos públicos nas mãos da nobreza condal, unida entre si por alianças que se faziam e desfaziam com muita facilidade, mas também evitou que a fortuna acumulada de geração em geração ficasse sujeita à dispersão provocada pela multiplicação do número de filhos, muito comum no seio destas famílias, e a transmissão hereditária da fortuna após a morte dos proprietários.

Foi com base nestas prerrogativas que a nobreza condal foi capaz de ultrapassar, sem perder todo o seu poder, a época de crise que se abateu sobre a monarquia leonesa na transição do século X para o século XI. Embora a sua influência tivesse vindo a decrescer, em grande medida como resultado da diminuição dos domínios que se encontravam na sua posse, decorrente da generalização da partilha, estas famílias ainda souberam manter um certo controlo sobre os territórios cuja administração lhes fora confiada décadas antes. Desta crise resultou, no entanto, o enfraquecimento da figura do rei, que, para fazer valer os seus interesses nas regiões mais afastadas da corte, começou progressivamente a delegar poderes noutras instâncias e a apoiar-se em indivíduos que, até então, estavam mais ou menos controlados pela autoridade dos condes. Na década de trinta do século XI, época de transição política coincidente com a passagem da casa de Leão para a casa de Navarra, estas famílias começaram a dar sinais de uma certa decadência, que viria a acentuar-se ainda mais até à década de setenta da mesma centúria. A sua debilidade, já agravada pela perda de parte considerável da sua fortuna, fez-se sentir também no plano político: os infanções, grupos de famílias de uma nobreza de segunda categoria de origens mais ou menos obscuras, começaram a demonstrar uma certa vitalidade, facto que se teria devido ao apoio que receberam da parte do rei, e conseguiram até assenhorear-se de algumas funções vitais para o controlo das regiões de fronteira, como a defesa militar do território contra os inimigos muçulmanos e normandos ou o controlo das principais instâncias políticas, administrativas e judiciais.

À medida que ocupavam estes cargos, os infanções começaram a delinear alianças que reforçaram o seu papel junto da corte e lhes garantiram o controlo mais ou menos incontestado das funções que configuravam o poder de representação da autoridade régia, face a uma nobreza condal que se via cada vez mais debilitada e desautorizada na sua influência junto do monarca e dos outros senhores. Para além disso, uma certa decadência biológica influuiu de forma decisiva no recuo dos grupos sociais até então dominantes: o aparecimento das primeiras formas de estruturação linhagística das famílias, mais próximas da prática régia, não só tornou mais difícil a substituição dos chefes da linhagem, mas também levou a que, em determinados momentos, a chefia do condado fosse entregue a viúvas que actuavam, sem grande contestação da parte de outras figuras – o que nos leva a admitir que o seu poder já não seria tão importante quanto fora nas décadas precedentes –, como regentes durante a menoridade do filho e herdeiro. Se o condado de Coimbra se extinguiu sem deixar rasto com a tomada da cidade pelas forças chefiadas por al-Manşūr, em 987, já o de Portugal viria a sobreviver mais algumas décadas, ainda que na qualidade de instância política dominada pela figura de um conde enfraquecido e contestado em todas as suas frentes: o desfecho desta história viria a acontecer em 1071, data em que os exércitos do rei Garcia II, um dos filhos do rei Fernando I e apoiante de várias famílias de infanções, se dirigiram ao lugar de Pedroso, junto a Braga, e encontraram, em campo de batalha, as forças encabeçadas por Nuno Mendes, o último descendente dos presores e repovoadores a merecer, nas décadas anteriores à publicação dos trabalhos de José Mattoso, uma atenção especial na historiografia portuguesa. A

morte deste conde marcou o fim da família que administrara o condado durante cerca de dois séculos e cujo papel político acabou por ser confiado, a partir de então, aos infanções, os chefes das principais linhagens de que a fidalguia do reino de Portugal ainda se considerava descendente nos séculos XIII e XIV.

De uma maneira geral, estas foram as premissas de análise que nortearam o trabalho desenvolvido por José Mattoso ao longo das suas obras mais importantes. Nos anos seguintes à publicação destes estudos, este investigador ainda veio a elaborar uma série de pequenos outros artigos, muitas vezes escritos sob a forma de balanços sobre o tema, em que sintetizou as principais conclusões avançadas na obra que tivemos a oportunidade de resumir nas linhas precedentes. Publicados em revistas especializadas e posteriormente reunidos em livros, alguns destes artigos, como os intitulados “A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV)”³⁶, “A nobreza portugalense dos séculos IX a XI”³⁷ e “Sobre a estrutura da família nobre portugalense”³⁸, procuraram reavaliar a questão relativa à nobreza condal à luz dos trabalhos que foram entretanto surgindo, representando, hoje em dia, sínteses importantes sobre um dos problemas cruciais para o entendimento da história do país em toda a sua extensão.

3. A CONFIRMAÇÃO DO LEGADO: NOVOS ROSTOS, NOVOS ESTUDOS

Por volta da década de oitenta do século XX estavam já criadas, pelos motivos que fomos apresentando acima, as condições necessárias para que a medievalística portuguesa se afirmasse como um campo de trabalhos permeável aos contributos da história social, área que, ao longo de várias décadas, tinha sido preterida a favor de posições mais interessadas pela história económica. A adopção de novos esquemas interpretativos dos fenómenos históricos, em grande medida herdados da antropologia e da sociologia, permitira a José Mattoso lançar as bases para uma completa revisão das conclusões a que outros investigadores tinham chegado, numa época em que o problema político das origens de Portugal, ligado de perto a questões no âmbito do direito e das instituições, dominava grande parte da investigação entre nós.

Embora os últimos anos tenham assistido ao incremento do número de estudos dedicados à nobreza medieval, magistralmente sintetizados por José Mattoso no seu mais recente balanço historiográfico sobre o tema, intitulado “The medieval Portuguese nobility”³⁹, podemos dizer que o tema referente às famílias condeais dos séculos IX a XI não tem acompanhado de perto esta evolução. Embora tenhamos ao nosso dispor uma série de obras que têm dado continuidade às conclusões avançadas por este investigador, e que, de uma maneira geral, praticamente se têm limitado a confirmar as premissas fundamentais do trabalho por si desenvolvido – as quais, estamos em crer, não se alterarão de forma significativa ao longo dos próximos anos –, são ainda muito poucos os trabalhos que têm feito luz sobre alguns tópicos mais específicos ligados ao percurso destas famílias. Na sua generalidade, estes trabalhos têm sido apresentados como teses de doutoramento ou dissertações de mestrado em várias universidades portuguesas, versando muitas vezes temas paralelos a esta questão e nos quais o problema de fundo tem sido geralmente visto de forma algo transversal.

Entre os finais do século XX e os inícios do século XXI, o aprofundamento das investigações em torno do tema relativo à nobreza medieval ficou a dever-se, em nossa opinião, a um interesse

³⁶ MATTOSO, José. “A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV)”. In *Obras completas, vol. 1: Naquele tempo. Ensaios de história medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 295-318.

³⁷ MATTOSO, José. “A nobreza portugalense dos séculos IX a XI”. In *Obras completas, vol. 7: A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 191-201.

³⁸ MATTOSO, José. “Sobre a estrutura da família nobre portugalense”. In *Obras completas, vol. 7: A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 271-283.

³⁹ MATTOSO, José. “The medieval Portuguese nobility”. In MATTOSO, José (dir.). *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 401-423.

renovado por alguns tipos de trabalho apoiados principalmente em dois pontos: a história económica, por um lado, e a história biográfica, por outro. Os trabalhos que têm sido apresentados a público resultaram, na maioria dos casos, de investigações realizadas no âmbito de estudos académicos interessados em entrecruzar a história da família e do parentesco com temas no âmbito da história económica, como os relativos à formação e à gestão de fortunas e domínios fundiários. É nesta perspectiva que se devem entender os trabalhos que têm sido levados a cabo por Luís Carlos Amaral⁴⁰, a quem se deve um estudo de fôlego sobre a diocese de Braga que veio actualizar o contributo dado, várias décadas atrás, por Avelino de Jesus da Costa⁴¹, ou também por André Evangelista Marques⁴², que recuperou os pressupostos avançados por este investigador para trabalhar questões como a representação documental do espaço polarizado à volta desta sede de diocese. É da autoria de Cláudia Ramos⁴³ o mais completo estudo que se fez até hoje sobre o mosteiro de Guimarães, uma das instituições que esteve ligada de perto ao percurso destas famílias. Os trabalhos de Maria José Azevedo Santos⁴⁴, António Joaquim Ribeiro Guerra⁴⁵ e António Henrique de Albuquerque Emiliano⁴⁶, embora focando a mesma época, tiveram a particularidade de nos introduzir em temas mais relacionados com a materialidade dos documentos que nos falam do percurso destas famílias, concentrando a sua atenção na análise paleográfica, linguística e codicológica da documentação que nos dá conta do seu percurso.

Mais recentemente, temos também assistido entre nós ao surgimento de alguns trabalhos muito importantes no domínio da história social e que têm focado de perto alguns problemas relativos aos vários ramos destas famílias, bem como a alguns dos indivíduos que mais se destacaram pelas suas ligações aos reis que governaram a Galiza, Leão e as Astúrias nesta época crucial para a afirmação dos condados de Portugal e de Coimbra: entre estes trabalhos, merecem maior destaque os que têm sido levados a cabo por Delfim Bismarck Ferreira⁴⁷, investigador que se debruçou sobre a nobreza da região do Vouga; José Alexandre Sousa⁴⁸, autor que se interessou pelo estudo das relações entre a nobreza e a fronteira durante a “Reconquista”; e sobretudo João Paulo Ferreira, autor que desenvolveu dois estudos de fôlego sobre a nobreza, um relacionado com as suas estratégias de mobilidade dentro do reino de Leão⁴⁹ e outro com a sua implantação no território da diocese de Tui⁵⁰. Os trabalhos de Mário de Gouveia sobre alguns dos condes que desempenharam funções como representantes dos reis de Astúrias-Leão, entre os quais Hermenegildo Guterres⁵¹

⁴⁰ AMARAL, Luís Carlos Correia Ferreira do. *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da reconquista (século IX-1137)*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto, 2007 (edição policopiada).

⁴¹ COSTA, Avelino de Jesus da. *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.

⁴² MARQUES, André Evangelista. *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: Afrontamento, 2015.

⁴³ RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva. *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 1991 (edição policopiada).

⁴⁴ SANTOS, Maria José Azevedo. *Da visigótica à carolínea. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

⁴⁵ GUERRA, António Joaquim Ribeiro. *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003.

⁴⁶ EMILIANO, António Henrique de Albuquerque. *Latim e romance na segunda metade do século XI. Análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber fidei de Braga de 1050 a 1110*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

⁴⁷ FERREIRA, Delfim Bismarck. *A terra do Vouga nos séculos IX a XIV. Território e nobreza*. Aveiro: ADERAV, 2008.

⁴⁸ SOUSA, José Alexandre Ribeiro de. *In finibus Gallecie. A Reconquista no actual território português. O contexto de um processo dinâmico, 868-1064*. Lisboa, 2016 (edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

⁴⁹ FERREIRA, João Paulo Martins. *Entre a consanguinidade e a naturalidade. A movimentação da nobreza portuguesa entre os reinos de Portugal e Leão (1157-1230)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 2009 (edição policopiada).

⁵⁰ FERREIRA, João Paulo Martins. *A nobreza galego-portuguesa da diocese de Tui (915-1381)*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto, 2016 (edição policopiada).

⁵¹ GOUVEIA, Mário de. “Hermenegildo Guterres e a presúria de Coimbra (séc. IX-X)”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.). *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Calidoscópico-Edição e Artes Gráficas, 2009, p. 279-292.

e Nuno Mendes⁵², têm permitido confirmar, no plano da história biográfica, as conclusões a que vários autores chegaram sobre esta matéria.

Numa altura em que também a historiografia espanhola se tem interessado novamente, e cada vez mais, pelo problema relativo à formação de Portugal e às suas ligações com os reinos de Leão e Castela durante os séculos XII e XIII⁵³, podemos, em jeito de conclusão, dizer que a tendência para a atomização dos estudos que se tem vindo a registar ao longo dos últimos anos, pese embora o facto de estes estarem solidamente alicerçados em trabalhos que fizeram, e continuam a fazer, história, motivará análises cada vez mais sistemáticas de alguns problemas necessários ao entendimento do percurso das famílias condaís: a publicação das edições dos cartulários levará à necessidade de se actualizarem os roteiros prosopográficos disponíveis e de se estudarem, preferencialmente numa óptica monográfica, os vários ramos destas famílias e os seus representantes, na sua relação com a acumulação do património, a configuração das redes que se estruturaram à volta dos modelos de parentesco e a dinamização das instituições do poder, à escala simultaneamente local e regional. No fundo, mecanismos que asseguraram um lugar socialmente preeminente aos condes que mantiveram relações, ora convergentes, ora divergentes, com os reis e os infantões, e que, para além disso, procuraram também consolidar a sua identidade e a sua memória simbólicas com base no apoio conferido pelos monges e os clérigos.

⁵² GOUVEIA, Mário de. “Nuno Mendes (?-1071). O último conde de Portucale”. *Revista portuguesa de história*, 2013, XLIV, p. 153-187.

⁵³ A bibliografia sobre este tema tem sido abundante ao longo dos últimos anos. Destacamos aqui alguns trabalhos de síntese mais pertinentes: BALIÑAS PÉREZ, Carlos. “La “Estremadura” gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, 1998, vol. XV, t. I, p. 139-162; TORRES SEVILLA, Margarita. “Relaciones fronterizas entre León y Portugal en tiempos de Alfonso VII. El ejemplo de la casa de Traba”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 1998, n.º 15, vol. I, p. 301-312; REILLY, Bernard. “Alfonso VII of León-Castilla, the house of Trastámara, and the emergence of the kingdom of Portugal”. *Mediaeval studies*, 2001, vol. 63, p. 193-221; CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins. “Beyond the border. The aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)”. *e-Journal of Portuguese history*, 2014, 12, 1, p. 1-48; CALDERÓN MEDINA, Inés. “Reyes, nobles y frontera. Entre la violencia y el parentesco en el espacio fronterizo galaico portugués (siglos XII-XIII)”. *Cuadernos de estudios gallegos*, 2017, LXIV, n.º 130, p. 91-117.